



Registo:

Do acórdão proferido nos autos de recurso de Amparo Constitucional n.º 07/2017, em que é recorrente **Arlindo dos Reis Teixeira** e recorrido o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO n.º 24/2017

I – Relatório

1. Arlindo dos Reis Teixeira, arguido em regime de prisão preventiva, não se conformando com o Acórdão n.º 51/2017, de 28 de julho, que elevava o prazo de prisão preventiva para 28 (vinte e oito) meses, sem que estivessem reunidos os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 279.º do CPP, nem com a alegada indevida dilação na decisão da reclamação do Acórdão n.º 46/2017, de 4 de julho, proferido no âmbito do recurso n.º 185/2016, veio apresentar o presente recurso de amparo, em que roga ao Tribunal Constitucional que, ao abrigo do disposto nos artigos 11.º e 14.º da Lei do Amparo Constitucional, adote urgentemente as seguintes medidas provisórias:

“Decrete a imediata libertação do Arguido Arlindo Teixeira em virtude do seu Direito Fundamental à Liberdade estar a ser violado tanto pelo Supremo Tribunal de Justiça, por manifesto desrespeito ao n.º 3 do artigo 261.º do CPP, posto que não se verifica os pressupostos da aplicação dessa medida extrema de coação, pois, a manutenção do arguido preso para além do prazo previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 279.º afigura-se excessivamente gravosa para o arguido, sendo certo que as sequelas dessa prisão são danos de difícil reparação, como referido nos artigos 11.º e 14.º da Lei do Amparo Constitucional;

Decrete a imediata libertação do Arguido Arlindo Teixeira em virtude do seu Direito Fundamental à Liberdade estar a ser violado pelo Supremo Tribunal de Justiça, posto que nem a primeira elevação do prazo de prisão preventiva operada pelo Despacho da Sr.ª Venerando Juíza Relatora, nem a segunda elevação do prazo operada pelo Acórdão n.º 51/2017, de 28 de julho, preenchem os requisitos estatuídos no n.º 3 do artigo 279.º do CPP.

Do pedido do Amparo Constitucional

Decrete que a Secção Crime do STJ deva, em 15 dias , que é o prazo estatuído no n.º 2 do artigo 137.º do CPP, decidir a reclamação apresentada pela defesa no dia 10 de julho de 2017, referente ao Acórdão n.º 46/2017, de 4 de julho, proferido no âmbito do recurso n.º 185/2016, pois essa indevida dilação da decisão comporta uma violação ao direito do arguido ter acesso à justiça mediante um processo justo e equitativo e dentro de um prazo razoável, tal como previsto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 22.º da Constituição da República.

2. O presente recurso deu entrada, na Secretaria desta Corte, no dia 7 de agosto de 2017 e foi registado sob o n.º 7/2017.

3. Cumprindo o estabelecido no artigo 12.º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir parecer sobre a admissibilidade do recurso. Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República emitiu o douto parecer constante de fls. 51 a 55 dos presentes autos, tendo formulado, no essencial, a seguinte conclusão:

Para nós, o presente recurso deve ser rejeitado porque ainda não foram esgotadas todas as vias de recurso ordinário previstas na lei e porque manifestamente não está em causa qualquer violação de direito fundamental amparável.

4. Por ordem do Relator, foram solicitados e encontram-se juntos aos autos os seguintes documentos:

O Acórdão do STJ: n.º 46/2017, de 4 de julho; O Despacho proferido pela Veneranda Juíza Relatora, com data de 25 de maio de 2017, que elevou, pela primeira vez, o prazo de prisão preventiva para 24 (vinte e quatro) meses; o Acórdão n.º 51/2017, de 28 de julho; o Acórdão n.º 59/2017, de 9 de agosto; a reclamação/clarificação do Acórdão e suprimimento de nulidades e inconstitucionalidades patentes no Acórdão n.º 46/2017, e a informação sobre a data em que a providência de *habeas corpus* n.º 24/17 foi requerida. No decorrer do julgamento sobreveio a necessidade de se conhecer o teor do requerimento da providência de *habeas corpus* n.º 24/17 cuja cópia já se encontra junta aos autos.

5. O Plenário desta Corte, por Acórdão n.º 19/2017, de 5 de outubro, ordenou que o recorrente fosse notificado para, querendo, e no prazo máximo de dois dias, sob pena de rejeição do recurso:

Ampliar o seu pedido primitivo nos termos e limites fixados neste Acórdão;

Expor resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido;

Esclarecer se a repetição do pedido de amparo contra a alegada omissão de decisão da reclamação do Acórdão n.º 46/2017, de 4 de julho, proferido no âmbito do recurso n.º 185/2016, é real ou aparente.

É, pois, chegado o momento de apreciar e decidir da admissibilidade do recurso nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

II – Fundamentação

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Constituição da República de Cabo Verde, sob a epígrafe tutela dos direitos, liberdades e garantias:

A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, nos termos da lei e com observância do disposto nas alíneas seguintes:

- a) O recurso de amparo pode ser interposto contra actos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, depois de esgotadas todas as vias de recurso ordinário;*
- b) O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade.*

A garantia constitucional do recurso de amparo constitui uma das inovações que a Constituição cabo-verdiana de 1992 trouxe para a ordem jurídica nacional. Trata-se, por conseguinte, de um dos meios privilegiados de acesso dos particulares ao Tribunal Constitucional para a defesa dos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente reconhecidos como objeto de amparo.

Acompanha-se a análise de Manuel Carrasco Durán, citado por Catarina Santos Botelho na obra intitulada a Tutela Direta dos Direitos Fundamentais, Avanços e Recuos na Dinâmica Garantística das Justiças Constitucional, Administrativa e Internacional, Almedina, 2010, P.217, quando diz que o recurso de amparo apresenta-se como um instrumento jurisdicional vocacionado para a proteção de determinados direitos fundamentais, cujo conhecimento se atribui ao Tribunal Constitucional, e que se caracteriza pelos princípios da subsidiariedade e excepcionalidade.

O carácter subsidiário do recurso de amparo resulta da Constituição e da configuração da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro, ao estabelecerem o esgotamento prévio das vias de recurso ordinário como um dos pressupostos do recurso de amparo.

O seu carácter extraordinário traduz-se na necessidade de se estar perante uma violação real, efetiva e direta de um direito ou liberdade fundamental catalogado como suscetível de amparo.

O recurso de amparo está destinado unicamente à proteção de direitos fundamentais, pelo que está vedado ao Tribunal Constitucional conhecer de questões de legalidade ordinária conexas, como se depreende do teor literal do n.º 3 do art.º 2.º da Lei do Amparo.

Pois, no recurso de amparo não pode ser feito valer outra pretensão que não seja a de restabelecer ou de preservar os direitos, liberdades e garantias constitucionais referidos nos artigos anteriores.

A natureza excecional do recurso de amparo implica que a violação do direito ou liberdade fundamental não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias normais, exigindo-se, por isso, que haja recurso prévio aos tribunais ordinários e o esgotamento dos recursos adequados.

Por conseguinte, associada à excecionalidade está a denominada subsidiariedade do recurso de amparo, que espelha com clareza o facto de este não ser uma via alternativa, mas uma via sucessiva de proteção de direitos fundamentais.

Antes de identificar e analisar os pressupostos e os requisitos do recurso de amparo e aferir se no caso vertente se verificam, importa consignar que o seu objeto não se identifica com qualquer ato de natureza legislativa ou normativa, como resulta expressamente do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

2. Tratando-se de um recurso de amparo contra um Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, importa verificar se existe alguma razão que possa impedir a sua admissão, atento o disposto no artigo 16.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

O recurso não será admitido quando:

a) Tenha sido interposto fora do prazo;

O recurso de amparo é interposto no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão, sempre que a questão seja suscitada em processo que corre termos nos tribunais, atento o disposto no artigo 5.º da Lei do Amparo.

Nos casos em que se interpõe recurso de Amparo Constitucional contra decisões de órgão judicial, o prazo a que se refere o artigo 5.º conta-se da data da notificação do despacho que tenha recusado a violação praticada.

Constata-se que o recurso em apreço foi interposto de uma omissão de pronúncia, mas também da alegada violação do direito à liberdade em virtude da elevação do prazo de prisão preventiva.

No entanto, compulsada a Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro, como o Código de Processo Civil e a Lei n.º 56/VI/2005, de 28 de fevereiro, verifica-se que o legislador não previu nenhum ato ou facto a partir do qual se deve contar o prazo para a interposição do recurso de amparo quando se pretende reagir contra omissões ofensivas de direitos, liberdades e garantias reconhecidos nos termos da Constituição.

É, portanto, legítimo perguntar se haveria alguma razão para que não se previsse o *dies a quo* quando se pretende reagir contra omissões dessa natureza.

Para que se encontre uma resposta satisfatória para essa questão aparentemente simples, necessário se mostra examinar a natureza do recurso de amparo.

É importante notar-se o que diz a Constituição da República no n.º 1 do artigo 20.º: “*A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, (...)*”.

O disposto nesse preceito *indicia claramente que o amparo não é só um mecanismo judiciário de proteção do sistema constitucional e dos direitos que o legislador é obrigado a consagrar na legislação ordinária de modo a propiciar esse tipo de tutela, é também um direito subjetivo. Mais, que, pela sua natureza, tem o estatuto de direito, liberdade e garantia fundamental, quanto mais não seja pelo facto de a capacidade judiciária de defesa de direitos e interesses legítimos subjetivos representar uma das mais naturais prerrogativas que cada ser humano possui e pelo facto de ser uma das principais garantias que têm para garantir eficácia aos seus direitos sem depender de outrem, além das principais instituições da República vocacionadas para esse fim, os tribunais* (Cfr.

Acórdão n.º 6/2017, de 21 de abril, publicado na I Série- n.º 27, do *Boletim Oficial*, de 16 de maio de 2017).

Sublinhe-se que neste aresto e, de forma bem explícita, o Tribunal Constitucional reiterou o seu entendimento de que o recurso de amparo, na sua dimensão subjetiva, tem o estatuto de direito, liberdade e garantia fundamental.

Veja-se, nesse sentido, a posição do publicista cabo-verdiano, Professor Wladimir Brito, para quem “O Amparo Constitucional é *“um processo constitucional de natureza mista, subjetivo e objetivo, na exacta medida em que, simultaneamente, tutela direitos e liberdades fundamentais do indivíduo e protege a ordem jurídico-constitucional, objectivamente considerada.”* (Cfr. “O Amparo Constitucional”, DeC, Ano III, n.º 7, 1999, p. 29 e 30).

Visto o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 20.º da Constituição da República de Cabo Verde, facilmente se conclui que a Lei Fundamental concede expressamente ao legislador ordinário a credencial para afetar o conteúdo do recurso de amparo enquanto direito fundamental, podendo ir um pouco mais além do que está previsto nas alíneas a) e b), desde que respeite os limites estabelecidos no n.º 5 do artigo 17.º da CRCV.

Quando o interessado denuncia expressa e formalmente a violação do seu direito fundamental suscetível de tutela por via do recurso de amparo logo que dela tenha conhecimento; tenha requerido a sua reparação, e tenha sido notificado da recusa da reparação da violação, assegura-se aos tribunais comuns a possibilidade de se pronunciarem sobre os direitos, liberdades e garantias dos interessados antes destes poderem franquear a porta do Tribunal Constitucional.

A partir do momento em que o interessado recebe a notificação da recusa da reparação da violação praticada, fica ciente de que a sua situação ficou decidida na ordem jurídica comum e abre-se-lhe a possibilidade de interpor recurso de amparo para o Tribunal Constitucional.

De modo a evitar uma permanente insegurança sobre a eficácia da decisão proferida, o legislador ordinário estabelece prazos perentórios para a impugnação de decisões judiciais, sob pena de caducidade do direito de recorrer. A caducidade do direito de interpor recurso transforma um pronunciamento transitório numa decisão definitiva, estável e passa a gozar da proteção dos efeitos do caso julgado. O caso julgado tutela os

valores como a segurança, a certeza, a confiança, sendo, por isso, referências axiológicas com respaldo direto na nossa Lei Fundamental.

Tome-se como exemplo o caso julgado enquanto limite à retroatividade da declaração de inconstitucionalidade ou ilegalidade. O disposto no n.º 5 do artigo 285.º da CRCV determina que, em princípio, ficam ressalvados os casos julgados produzidos durante a vigência da norma declarada inconstitucional ou ilegal.

Portanto, o estabelecimento de um prazo para a interposição do recurso de amparo constitui uma restrição a um direito fundamental justificada pela necessidade de salvaguarda da segurança, certeza, confiança e estabilidade inerentes às decisões judiciais.

Todavia, em se tratando de reação à omissão de pronúncia em prazo razoável imputável a um órgão judicial, em que não há nenhuma decisão a proteger, não se justifica estabelecer nem prazo nem *dies a quo* para a interposição do recurso de amparo. Vale dizer que não há razão para restringir o âmbito do recurso de amparo quando a ele se recorre para tutelar o direito de obter a tutela efetiva em prazo razoável.

Portanto, considerando o princípio da aplicabilidade direta das normas relativas a direitos, liberdades e garantias, o recurso de amparo pode ser interposto a partir do momento em que o interessado considere que se ultrapassou o prazo razoável para o órgão judicial se pronunciar sobre o pedido da reparação da violação. (Cfr. Acórdão n.º 13/2017, de 20 de julho, publicado no *B.O* de 8 de agosto de 2017, I Série, n.º 47)

Apreciando a tempestividade dos dois pedidos que integram o presente recurso de amparo, importa dizer que, relativamente ao Acórdão n.º 51/2017, de 28 de julho, que elevava o prazo de prisão preventiva para 28 (vinte e oito meses), o recurso é tempestivo, independentemente da data em que tenha sido notificado o recorrente. Isto tendo em conta a data em que o Acórdão foi proferido, o momento em que o recurso foi interposto, 7 de agosto de 2017 e o disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei do Amparo.

Quando à alegada demora na decisão da reclamação contra o Acórdão n.º 46/2017, de 4 de julho, lembre-se que a peça processual que a corporiza foi apresentada na secretaria do Supremo Tribunal de Justiça no dia 10 de julho de 2017.

Constata-se também que, no âmbito da providência de *habeas corpus* n.º 24/2017, de 03 de agosto, o recorrente sinalizara que já nessa altura se verificava a alegada demora indevida na decisão da reclamação, com base nas seguintes considerações:

“Perante tantas inconstitucionalidades, desrespeito pelo princípio de Presunção de Inocência, omissões e obscuridades, a Defesa teve de reclamar do Acórdão, o que foi feito no dia 10 de julho de 2017, quando faltavam 20 dias para o término do prazo de 24 meses de prisão preventiva que tinha sido estatuído pelo próprio STJ.

*[...] Isso significa que o STJ deveria ter decidido a Reclamação apresentado pela Defesa nos 10 dias seguintes, por forma a respeitar o prazo de prisão Preventiva que se expiraria no dia 31 de julho de 2017, pois já não se trata de análise de todo o processo, mas sim de somente corrigir as nulidades, omissões, obscuridades e inconstitucionalidades do ACÓRDÃO e não de todo o processo. (Cfr. cópia do requerimento da providência de *habeas corpus* n.º 24/2017 junta aos autos)*

O Tribunal reclamado apreciou o requerimento da providência de *habeas corpus* n.º 24/2017, indeferindo-a por via do Acórdão n.º 59/2017, de 9 de agosto, o qual reconheceu que nessa data a reclamação ainda se encontrava pendente.

Vale dizer que o Tribunal recorrido foi alertado da alegada dilação indevida, mas face à ausência de decisão em tempo útil, é claro, na perspetiva do recorrente, este recorreu para o Tribunal Constitucional a quem solicitou amparo.

Conclui-se, pois, que o recurso em apreço foi tempestivamente apresentado, tanto no que diz respeito ao Acórdão n.º 51/2017, de 28 de julho, como no que concerne à alegada dilação indevida na decisão da reclamação.

b) A petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7.º e 8.º;

Ficou consignado no relatório que o recorrente fora notificado para, querendo e no prazo legal, aperfeiçoar a petição de recurso.

Conforme a com a certidão junta a fls. 169 dos autos, a notificação a que se refere o parágrafo antecedente ocorreu no dia 24 de outubro de 2017, e, no dia 26 de outubro de 2017, foi apresentada a resposta constante de fls. 170 a 192. Visto o disposto no n.º 1 do artigo 17.º da Lei do Amparo, considera-se que a resposta foi apresentada no prazo legal.

Importa, agora, verificar se o recorrente cumpriu as determinações desta Corte no sentido de corrigir a sua petição de recurso.

Como já foi referido, este Tribunal, através do Acórdão n.º 19/2017, de 5 de outubro, decidiu ordenar a notificação do recorrente para suprir as deficiências de que padecia a petição de recurso.

Compulsados os autos, verifica-se que o recorrente respondeu especificadamente a todas as determinações do Acórdão de aperfeiçoamento.

No que diz respeito à exposição das razões de facto que fundamentam a petição, encurtou-as e expurgou as considerações menos pertinentes, que poderiam tolher a compreensão dos factos.

Quanto ao pedido de esclarecimento sobre se o pedido de amparo contra a alegada demora indevida na decisão da reclamação do Acórdão n.º 46/2017, de 4 de julho, proferido no âmbito do recurso n.º 185/2016, se é real ou aparente, apresentou a seguinte justificação:

“Antes de mais, convinha esclarecer que estão pendentes no Tribunal Constitucional 2 (dois) Recursos de Amparos, todos relacionados com a não decisão de Recursos pelo Supremo Tribunal de Justiça, onde também se encontram pendentes 2 (dois) Recursos, ainda sem decisão final;

É certo que, tendo em conta que os dois recursos se reportam à não decisão, pode até parecer que os dois pedidos de Amparo se reportam à mesma situação, o que é uma mera aparência;

[...]Assim, no âmbito do Recurso de Amparo Constitucional n.º 03/2017, o pedido se reporta exclusivamente à decisão do Recurso de Apelação n.º 58/2016 que ainda continua aguardando decisão do Supremo Tribunal de Justiça, ao passo que no âmbito do Recurso de Amparo Constitucional n.º 07/2017, os pedidos se reportam à necessidade de decisão do Recurso de Apelação n.º 185/2016, mais concretamente a necessidade de uma decisão final sobre a Reclamação apresentada do Acórdão n.º 46/2017, bem como com a inconstitucionalidade do Acórdão n.º 51/2017 que terá elevado o prazo de prisão preventiva para 28 meses.”

Na apreciação formal da fundamentação do recurso de amparo o Tribunal Constitucional, nos seus sucessivos arestos, tem considerado que mais importante do que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer.

Assim sendo, considera-se aperfeiçoada a petição de recurso no que concerne à fundamentação.

c) O requerente não tiver legitimidade para recorrer;

Adotando o conceito de legitimidade recortado pelo n.º 1 do artigo 25.º do CPC, tem legitimidade ativa quem tiver interesse direto em demandar.

Parece, pois, evidente que o recorrente tem legitimidade, atento o disposto no n.º 1 do artigo 4.º da lei do amparo.

d) Não tiveram sido esgotadas, ainda, todas as vias de recurso

Essa causa de inadmissibilidade do recurso de amparo decorre da natureza excecional e subsidiária desse meio especial de proteção de direitos, liberdades e garantias fundamentais que implica que a violação desses direitos não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias ordinárias, como, aliás, resulta claramente do disposto no artigo 6.º da Lei do Amparo: “*O recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo.*”

Por conseguinte, o esgotamento das vias de recurso ordinário pressupõe que a violação dos direitos, liberdades e garantias decorrente do ato ou omissão imputável ao órgão judicial tenha sido expressa e formalmente invocada no processo logo que o interessado dela tenha conhecimento e que tenha sido requerida a sua reparação, conforme o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei do Amparo.

Na verdade, esta Corte Constitucional, através do Acórdão n.º 11/17, de 22 de junho, publicado na I Série-n.º 42, do *Boletim Oficial*, de 21 de julho de 2017, considerou que o disposto na alínea c) do artigo 3.º da Lei do Amparo, deve ser apreciado e integrado no juízo de admissibilidade a ser feito em relação a cada recurso de amparo, designadamente para se preservar a subsidiariedade desse tipo de queixa constitucional, mas a abordagem a ser adotada deve ser temperada no sentido de garantir o acesso à justiça constitucional aos titulares de direitos, liberdades e garantias e, em simultâneo, salvaguardar o papel da jurisdição ordinária na preservação das posições jurídicas individuais fundamentais protegidas pela Constituição.

Conforme o Acórdão n.º 13/2017, de 20 de julho, publicado no B.O de 8 de agosto de 2017, I Série, n.º 47, quando se trata de potencial violação de direitos fundamentais por

via de omissão, o recurso deve ser instruído com documentos que se reputam pertinentes para provar que o interessado tenha arguido a violação do direito em termos perceptíveis, tenha requerido a sua reparação, mas o órgão judicial não se pronunciou sobre o pedido de reparação em tempo útil.

Compulsados os autos, verifica-se que o recorrente imputa ao Supremo Tribunal de Justiça a indevida dilação na decisão da reclamação contra o Acórdão n.º 46/2017, de 4 de julho, o que, na perspetiva dele viola o seu direito fundamental à obtenção de decisão em tempo razoável. Fê-lo depois ter denunciado a alegada dilação indevida, sinalizado o atraso, sem que tivesse obtido resposta em tempo útil, como, aliás, ficou patente quando se apreciou a tempestividade do recurso.

Não se pode analisar o pressuposto esgotamento das vias de recurso ordinário em relação ao Acórdão n.º Acórdão n.º 51/2017, de 28 de julho, sem que se traga à colação as considerações feitas no âmbito do Acórdão de aperfeiçoamento.

Lembre-se que no primeiro momento em que se apreciou a petição de recurso para o efeito da sua admissibilidade, o Tribunal teve conhecimento do Acórdão 59/2017, de 9 de agosto, que indeferira a providência de habeas corpus n.º 24/2017, a qual tinha sido requerida contra o Acórdão n.º 51/2017, de 28 de julho.

A superveniência desse facto levou esta Corte a questionar se na data em que foi interposto este recurso de amparo já se verificava o pressuposto - esgotamento prévio de todas as vias de recurso ordinário relativamente ao Acórdão n.º 51/2017, de 28 de julho, - atento o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, 6.º e 16.º, n.º 1, alínea d) da Lei do Amparo.

Nessa altura o Tribunal entendeu que se tratava de uma situação que justificava conceder ao recorrente a oportunidade para, querendo, ampliar o seu pedido primitivo.

Nesta conformidade, tendo sido notificado do Acórdão n.º 19/2017, de 5 de outubro, veio apresentar as razões que estiveram na base da sua decisão de interpor recurso de amparo sem esperar que o Supremo Tribunal de justiça se pronunciasse sobre a providência de *habeas corpus* n.º 24/2017, de 3 de agosto.

Segundo o recorrente, a jurisprudência do STJ tem sido firme em considerar que as decisões que se traduzem na elevação dos prazos de prisão preventiva, inclusive quando proferidas pela mais alta instância judicial comum, não podem ser impugnadas por via do

requerimento de *habeas corpus*. Ou seja, a única via impugnatória é o recurso ordinário, conforme o recente Acórdão n.º 61/2017, de 1 de setembro proferido pelo STJ: “*O Habeas corpus não se destina a apreciar o mérito das suas decisões proferidas em conformidade com os preceitos legais vigentes pelas entidades legalmente competentes, nos respetivos processos-tal juízo apenas pode ser formulado por via de recurso ordinário, oportunamente interposto- mas a pôr termo a situações de patente prisão ilegal, de fácil constatação, e enquadráveis na previsão do art.º18 do Código de Processo Penal.*”

Veja-se, no mesmo sentido, os seguintes arestos: Acórdãos do STJ n.º 81/2010, 13/2011, 61/2011, 123/2011, 45/2017 e 59/2017.

A exigência do esgotamento das vias de recurso ordinário visa, nomeadamente, salvaguardar o papel da jurisdição ordinária na preservação das posições jurídicas individuais fundamentais protegidas pela Constituição, mas a abordagem a ser adotada deve ser temperada no sentido de garantir o acesso à justiça constitucional aos titulares de direitos, liberdades e garantias fundamentais. Portanto, a interpretação da disposição que prevê esse pressuposto de admissibilidade do recurso de amparo não deve ser meramente formal, mas, sim a partir de um critério finalístico, no sentido de que o esgotamento das vias de recurso ordinário dá-se por verificado sempre que se demonstre ou resulte evidente que se utilizou todos os meios legais possíveis, adequados e eficazes para a defesa dos direitos, liberdades e garantias estabelecidos pela respetiva lei do processo, antes de se lançar mão do recurso de amparo.

Conhecendo a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal de Justiça em matéria de impugnação das decisões sobre a elevação dos prazos de prisão preventiva, que já se citou, seria inútil ou pelo menos ineficaz aguardar pela decisão da providência de *habeas corpus* n.º 24/2017, a qual, como se viu, foi indeferida pelo Acórdão n.º 59/2017, de 9 de agosto.

Como alegou o recorrente, do Acórdão n.º 51/2017, de 28 de julho não cabia nenhum recurso ordinário, pelo que se considera que esgotou as vias de recurso ordinário

Dá-se, pois, por verificado o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º e, consequentemente, respeitado o pressuposto da alínea d) do artigo 16.º da Lei do Amparo.

e) Manifestamente não estiver em causa a violação de direitos, liberdades e garantias fundamentais constitucionalmente reconhecidos como susceptíveis de amparo

A causa da inadmissibilidade do recurso prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro, ao utilizar o advérbio manifestamente, exige que se tenha certeza quanto à inexistência da fundamentalidade do direito alegadamente violado, ou ausência de conexão entre esse direito e os factos concretos alegados no recurso ou ainda a certeza quanto à inviabilidade de concessão do amparo.

O recorrente alega que a omissão de decisão viola a garantia de obter, em prazo razoável, e mediante processo equitativo, a tutela dos seus direitos fundamentais, nomeadamente o direito à liberdade.

Na verdade, a Constituição da República de Cabo Verde, no n.º 1 do artigo 22.º, estabelece que: *“A todos é garantido o direito de acesso à justiça e de obter, em prazo razoável e mediante processo equitativo, a tutela dos seus direitos ou interesses legalmente protegidos.”*

O direito à tutela jurisdicional mediante processo, equitativo e com duração razoável vem consagrado no título I referente aos princípios gerais do sistema cabo-verdiano de direitos fundamentais. Não obstante esta inserção sistemática, justificada pelo facto de o direito de acesso à justiça comportar natureza híbrida de princípio e conter várias posições jurídicas subjetivas processuais, não se lhe pode negar a natureza de direitos, liberdades e garantias fundamentais do Título II da Constituição da República, na medida em que é essencial ao ser humano ter mecanismos de defesa dos seus direitos básicos em tempo razoável (Cfr. Acórdão n.º 6/2017, de 21 de abril, publicado na I Série- n.º 27, do *Boletim Oficial*, de 16 de maio de 2017).

Por isso, a celeridade processual constitui uma das principais características do sistema cabo-verdiano de direitos fundamentais de carácter judicial.

A demonstração de que o direito de obter a tutela efetiva em prazo razoável tem natureza de direito, liberdade e garantia fundamental é suficiente para que se equacione a admissibilidade do recurso.

Respeitante à conexão entre os factos concretos alegados no recurso e os direitos fundamentais invocados, ainda não se pode afirmar, com grau de certeza que se exige para a formação da convicção do Tribunal, que manifestamente não exista tal conexão.

No que concerne à certeza quanto à inviabilidade de concessão do amparo requerido, por se tratar de um pedido com base numa omissão de pronúncia e numa alegada violação do direito à obtenção de uma decisão em prazo razoável, o Tribunal Constitucional tem de analisar, designadamente, os seguintes elementos:

Os prazos estabelecidos para a decisão dos pedidos formulados em processo penal, a natureza e a complexidade dos pedidos e dos processos, a conduta processual do recorrente e de outros intervenientes processuais e a justificação sobre a observância dos prazos que o órgão recorrido entenda por bem colocar à consideração do Tribunal Constitucional.

Sem esses elementos o Tribunal não pode, nesta fase, pronunciar-se, com a certeza que se lhe exige, pela inviabilidade do pedido.

Devido à incerteza no que diz respeito à conexão entre os factos e os direitos alegadamente violados e à viabilidade do pedido, mostra-se prematuro afirmar-se que manifestamente não está em causa a violação de direitos, liberdades e garantias fundamentais constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo. Pelo que a decisão definitiva sobre este requisito será tomada na fase em que se aprecia o mérito do recurso.

f) O Tribunal tiver rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recuso com objeto substancialmente idêntico

O Tribunal Constitucional não rejeitou, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente idêntico ao dos presentes autos.

3. Pelo exposto, conclui-se que não se verifica nenhum motivo que pudesse justificar a inadmissibilidade deste recurso.

4. Medida Provisória

O recorrente/requerente pede que seja adotada medida provisória que se traduz na sua libertação imediata, alegando a falta de pressuposto para a elevação do prazo de prisão preventiva.

A apreciação deste requerimento deve começar pelo reconhecimento de que a prisão preventiva é uma medida de coação pessoal de *última ratio* cujos pressupostos para sua revogação e substituição são os previstos no artigo 278.º do Código de Processo Penal: *“As medidas de coacção pessoal serão imediatamente revogadas, por despacho do juiz, sempre que se verificar terem sido aplicadas fora das hipóteses ou das condições gerais previstas na lei ou terem deixado de subsistir as exigências cautelares que concretamente justificaram a sua aplicação.”*

O Acórdão que elevou o prazo de prisão preventiva e, por conseguinte, manteve a privação da liberdade do requerente, baseou-se, essencialmente, na complexidade do processo e na necessidade da manutenção da medida.

Todavia, entende o requerente que *o processo afigura-se simples, nada complexo e de fácil decisão*.

A análise de um requerimento em que se pede a libertação imediata de alguém no âmbito do recurso de amparo não pode ir além de uma *summaria cognitio* da alegação e prova da verosimilhança do direito que se pretende tutelar, o que se traduz na demonstração da aparência de realidade do direito ou probabilidade séria da sua existência (*fumus boni juris*), bem como a prova sumária sobre o perigo que possa resultar da demora na concessão da tutela definitiva (*periculum in mora*).

Considerando a natureza do amparo que se requer nos presentes autos, não parece que seja de estimar que o recorrente tenha demonstrado suficientemente a aparência do direito alegado, nem que o Tribunal possa pronunciar-se sobre o requerimento antes de decidir do mérito da petição de recurso. Isto porque o deferimento ou indeferimento desse requerimento depende do pronunciado sobre a verificação da invocada complexidade para a elevação do prazo de prisão preventiva.

Não deixa de ser verdade que a complexidade processual é, nos termos do n.º 2 do artigo 279.º, fundamento para a prorrogação dos prazos da prisão preventiva.

Todavia, um pronunciamento sério e responsável por parte do Tribunal sobre esta problemática requer uma análise exaustiva do processo no âmbito do qual o recorrente foi julgado e condenado.

Reitera-se que neste momento não há certeza quanto à inviabilidade de concessão do amparo requerido, por se tratar de um pedido com base numa omissão de pronúncia e numa alegada violação do direito à obtenção de uma decisão em prazo razoável. Por isso, o Tribunal Constitucional precisa analisar todos os elementos que lhe permitam pronunciar-se sobre a natureza e a complexidade dos pedidos e do processo em si, sem descuidar a avaliação da conduta processual do recorrente, de outros intervenientes processuais e outros elementos que o órgão recorrido entenda por bem colocar à sua consideração.

É, por conseguinte, absolutamente indispensável saber, no quadro do poder de cognição que a Constituição atribui a esta Corte, se a complexidade invocada se verifica no caso concreto e se tal complexidade justificava a prorrogação do prazo de prisão preventiva.

Por outro lado, a condição *sine qua non* para a revogação das medidas de coação é a verificação, entenda-se, convicção de que estas foram *aplicadas fora das hipóteses ou das condições gerais previstas na lei ou ter deixado de subsistir as exigências cautelares que concretamente justificaram a sua aplicação*.

Está suficientemente demonstrado que ainda não se pode afirmar convictamente que a prisão preventiva do requerente foi decretada fora das condições acima referidas. Consequentemente, indefere-se o pedido.

III - Decisão

Pelo exposto, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem admitir o presente recurso de amparo.

Registe e proceda-se à distribuição.

Praia, 9 de novembro de 2017.

João Pinto Semedo (Relator),

Aristides R. Lima

José Pina Delgado.

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, na Praia, aos 14 de novembro de 2017.

Pel'O Secretário,

Adérito Monteiro